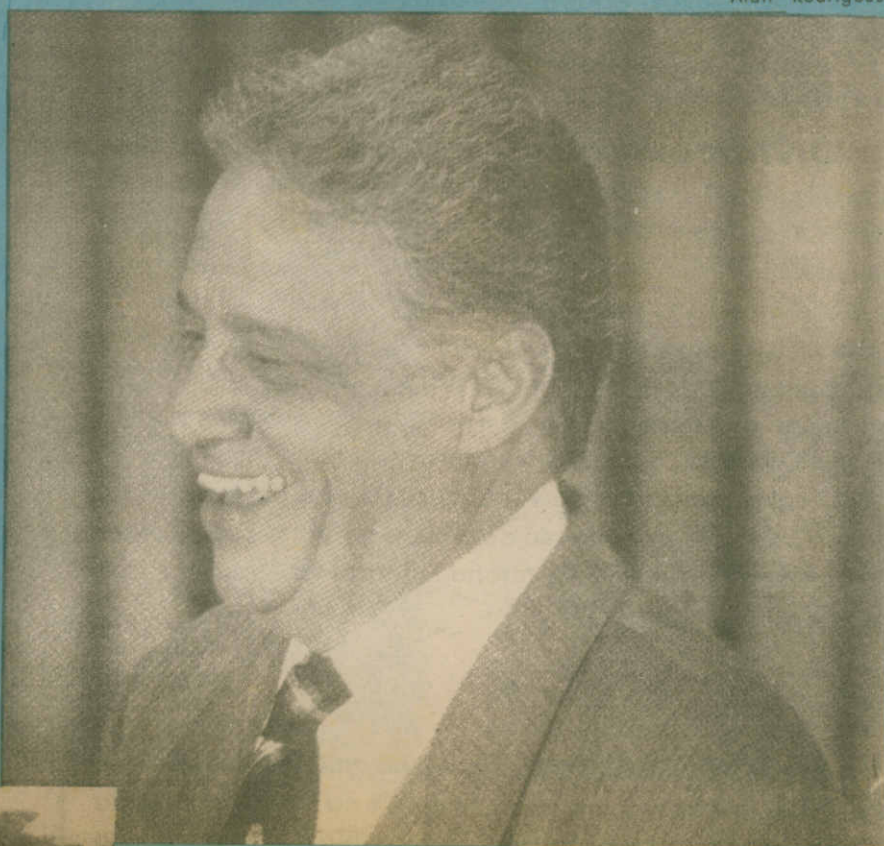


Derrotar FHC, o comprador de votos

Wladimir Souza



Alan Rodrigues



Vamos às ruas construir a greve geral

Wladimir Souza



**MST quer
novas
manifestações**

página 4

**Articulação é questionada
em Congresso dos
metalúrgicos do ABC**

página 5

**Filme O que é isso
companheiro? é criticado
pela esquerda**

páginas 10 e 11

Bolsa de votos. O deputado federal Jair Bolsonaro (PPB-RJ), que é ligado aos militares, afirmou que a lei da oferta e da procura regulou o preço do voto no dia 28 de janeiro. Segundo ele, houve parlamentares que pediram R\$ 300 mil e o governo estaria disposto a pagar, pois não tinha certeza se já tinha uma maioria segura. Porém, pouco antes da votação, quando o governo já caminhava para uma vitória, o preço caiu para R\$ 50 mil. O deputado disse ainda que foi sondado para uma reunião com FHC, onde o governo ofereceria um reajuste salarial às Forças Armadas em troca do seu voto.

Dívida externa. Segundo projeções feitas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a dívida externa deverá chegar a US\$ 281,9 bilhões, no ano de 2002. Atualmente ela está em US\$ 176,2 bilhões. Ou seja, o crescimento seria de 60%. As razões seriam o aumento das importações (que mantêm altos déficits na balança comercial e requerem empréstimos externos para financiar esse déficit), pagamento de juros, lucros e dividendos de investimentos externos. Em 1996, a dívida externa representou 15,5% do PIB, em 2002 saltará para 19,8%. Atualmente, o país paga em torno de US\$ 10 bilhões por ano, só de juros da dívida. Essa é outra das "heranças" que FHC pretende deixar ao país, já que pretende governar até...2002.

Tarifas elétricas. O governo, através do Ministério da Fazenda, autorizou um reajuste de 4% na tarifa de energia elétrica cobrada pela Light e pela Companhia do Estado do Rio de Janeiro (CERJ). E o ministério já avisou que em agosto vão ocorrer novos reajustes. Como consequência, a Light até já anunciou o valor do aumento da tarifa em agosto, que será de 5,86%. Com isso, de novembro de 1996 até agosto de 1997, o reajuste das tarifas elétricas promovido pela Light chegará a 15,04%; mais do que o dobro da inflação prevista no mesmo período. Maravilhas da privatização!

Querem mais. Na reunião para discutir a Alca, em Belo Horizonte, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, disse que é necessário abrir ainda mais as economias dos países latino-americanos para os investimentos externos. Segundo ele, a infra-estrutura desses países é frágil porque suas economias são ainda muito fechadas para os investimentos de bilhões de dólares que viriam. Leia-se: querem mesmo mais facilidades para abocanhar outras Vales, petróleo, estatais elétricas, telecomunicações, portos etc. Iglesias defendeu ainda uma reforma fiscal (mais facilidades fiscais para o capital internacional) e uma abertura total também para o capital financeiro.

Recessão à vista. Antes mesmo de sentir os efeitos das medidas de arrocho no crédito tomadas pelo governo, a economia já dá sinais claros de um desaquecimento geral, segundo estudo feito pela empresa MCM Consultores, com base em números do IBGE e da Confederação Nacional da Indústria. No primeiro trimestre deste ano, a massa salarial da indústria diminuiu 2,1% em relação ao segundo semestre de 1996. A produção industrial recuou 1,8% nesse período, as vendas industriais 0,7% e o faturamento do comércio 0,6%. Segundo os consultores, esse desaquecimento se explica porque o consumidor já está completamente endividado e não tem ganhos salariais para repor o seu poder de compra.



Manifestantes queimam bandeira dos Estados Unidos no último dia 14, em Belo Horizonte, durante encontro de dirigentes dos 34 países americanos para debater a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O protesto, que foi reprimido pela polícia militar, foi realizado quando FHC estava na cidade para a abertura da Alca.

O QUE SE DISSE

"Tudo continua normal. O governo continua normal. O Ministério das Comunicações normal. Nós não temos telhado de vidro. Nem temos medo de enfrentar nenhum tipo de averiguação e inquérito. Minha vida é um livro absolutamente aberto."

Sérgio Motta, ministro das Comunicações, em pronunciamento à imprensa sobre a compra de votos de deputados. Sem comentários... No Jornal do Brasil em 15/5/97.

"Senhor X — De onde veio esse dinheiro para pagar os votos da reeleição?"

Maia — O dinheiro, no dia seguinte, era um dinheiro que o Amazonino tinha mandado trazer. Esse era um dinheiro que nós íamos receber da cota federal, digamos, do negócio."

Trecho das gravações divulgadas pelo jornal Folha de S.Paulo em 14/5/97

sobre o mecanismo de compra de votos de parlamentares.

"Temos de buscar sempre alternativas mais inteligentes, que tragam menos prejuízo aos trabalhadores e melhores conquistas."

Vicentinho, presidente da CUT, defende a tese da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de reduzir o número de greves. No jornal O Estado de S.Paulo, em 15/5/97.

"O Brasil pode participar de qualquer área de livre comércio, desde que seja soberano para manter uma política industrial forte, que melhore a qualidade de vida dos brasileiros."

Lula, fala sobre as negociações em torno da Alca com a mesma posição do governo FHC: subordinação negociada e por etapas à globalização imperialista. No jornal Gazeta Mercantil em 15/5/97.

P S T U

◆ Nacional: Tel - 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - Tel (011) 572-5416 ◆ São Bernardo do Campo (SP): Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ Guarulhos (SP): Rua Glaucê Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ Rio Claro (SP): Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ Niterói (RJ) Rua Marques de Caxias 87, centro ◆ Rio de Janeiro (RJ): Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ Duque de Caxias (RJ): Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆ Belo Horizonte (MG): Rua Carijós, 121, sala 201, CEP 30120-060 ◆ Natal (RN): Av. Rio Branco 815 Centro ◆ São Luís (MA): Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ Macapá (AP): Av. Diogenes Silva - Buritizal ◆ Maceió (AL): Rua 13 de Maio 87 Poço ◆ Brasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ Goiânia (GO): (062) 229-2546 ◆ Belém: Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ Manaus (AM): Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ Recife (PE): Rua da Glória, 472 Tel (081) 231-3800 ◆ Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ Porto Alegre (RS): Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53 ◆ Teresina (PI): Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆ Aracaju (SE): Av. Pedro Calazans 491 sala 105

O nosso endereço eletrônico é: sede.pstu@mandic.com.br

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64

Atividade principal 61.81.

Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000.

Impressão: Vannucci Gráfica.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL

Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO

Mariúcha Fontana, Fernando Silva, Marco Antonio Ribeiro e Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Inácio Marcondes Neto

A hora é agora

Está colocada na ordem dia a necessidade e a possibilidade de grandes mobilizações e de construir a greve geral.

Desde a grande manifestação de 17 de abril, quando se abriu uma nova conjuntura política do país, o desgaste de FHC tem aumentado. Sua popularidade está em queda livre. Agora e trouxe um fato novo: o escândalo da compra dos votos no Congresso.

FHC, desde a sua posse, nunca viveu uma maré tão baixa e com tantos problemas combinados. No entanto, as direções majoritárias do movimento, até agora, estão muito aquém deste novo momento, para dizer o mínimo.

No ano passado FHC também teve um "inferno astral", quando do massacre de Eldorado dos Carajás e do Proer. Mas foi uma crise inferior a esta. Desta vez, há um tremendo descontentamento social, combinado com uma crise política devido as denúncias de corrupção que atingem o governo e a divisões na classe dominante, provavelmente em torno da privatização das telecomunicações. E o mais importante, desta vez o movimento não parte do zero, vem de uma mobilização massiva no último dia 17 de abril e inúmeras mobilizações setoriais.

Em maio de 1996, pelo menos a CUT chamou uma greve geral. Agora, nem sequer fez uma reunião da sua Executiva,

embora alguns dirigentes andem se pronunciando favoráveis a uma greve geral para 25 de julho. No último dia 20, a imprensa noticiou uma reunião entre o PT, CUT, PDT e OAB, em Brasília, para tentar criar um movimento pela "ética na política" e para exigir CPI da reeleição.

Enquanto isso, FHC, mesmo desgastado, não perde a arrogância e continua atirando: votou a reeleição em 1º turno no Senado, discursou na posse dos "novos" ministros da Justiça e dos Transportes fazendo ameaças ao MST, manteve Sérgio Motta no Ministério das Comunicações e mandou-o a passeio para Portugal até esfriarem as denúncias. De quebra, joga duro contra a CPI da Reeleição.

É incrível que num momento como esse, em que populares espontaneamente fazem ato contra FHC (como em Minas Gerais), que sem-tetos são baleados em São Paulo, que a Reforma Agrária comove os trabalhadores, que a indignação aumenta com os R\$ 8 de "aumento" do mínimo e enquanto deputados corruptos levam R\$ 200 mil numa tacada, o PT fique a reboque do Congresso Nacional ou da *Folha de S. Paulo*.



É incrível também que pensem em chamar atos só em torno à exigência de CPI. É muito duvidoso que o povão vá às ruas só por CPI.

Insistimos: é hora de construir a mobilização num patamar superior ao que foi o 17 de abril. É urgente um calendário unificado de atos e a convocação da greve geral contra FHC, também contra a corrupção e pela CPI, mas, sobretudo, pelas reivindicações dos trabalhadores. Sem isso, o governo poderá rapidamente se recompor.

Desde já, a esquerda da CUT deve levar a discussão sobre a Greve Geral para a base e organizar manifestações, buscando também o MST, as entidades do movimento popular e estudantil.

OPINIÃO

Os assassinos em ação, de novo

Fernando Silva,
editor do Opinião Socialista

O assassinato de três trabalhadores sem-teto pela Polícia Militar de São Paulo, durante desocupação de um conjunto habitacional na zona leste da cidade, é mais uma bestialidade a ser somada ao extenso currículo das PMs no Brasil. E pior, já não são novidade para ninguém. Afinal, uma hora são cenas de sem-terras massacrados, em outra são trabalhadores, jovens e negros espancados e torturados nos subúrbios do Rio de Janeiro ou na periferia de São Paulo. E como num roteiro pré-estabelecido e sem modificações, ninguém é punido.

Só que dessa vez, no caso do conjunto habitacional de São Paulo, houve uma diferença: o governador tucano Mario Covas saiu na defesa aberta da ação militar (que diga-se de passagem foi concluída um dia depois dos assassinatos com uma monstruosa operação de guerra da tropa de choque para desalojar os mil sem-teto do conjunto). O governador disse que "não viu arbitrariedade na ação da polícia" e nem razão para "punir os policiais envolvidos". Não deixa de ser surpreendente. Toda vez que

a PM barbariza é difícil saber quem ordenou, normalmente ninguém do 1º escalão teve alguma coisa a ver com o assunto e sempre os governantes dizem que haverá punição aos "excessos" ou aos "responsáveis".

Ora Covas, os três sem-tetos (trabalhadores e pais de família) foram mortos com tiros no tórax e na cabeça, não foram encontradas armas de fogo entre os ocupantes que, como sempre, se defenderam com paus e pedras, uma das sem-teto reconheceu o PM que atirou na nuca de um dos mortos, e não houve arbitrariedade?

De fato não houve "arbitrariedade", houve um novo massacre contra trabalhadores vítimas de inúmeras mazelas sociais, por exemplo a falta de moradia. Sob governos tucanos se resolvem questões como terra e moradia de forma simples: à bala.

Que fique claro que o governador do Estado de São Paulo, Mario Covas é o principal responsável por mais esse crime contra trabalhadores. E fica cada vez mais claro que não partirá desses governantes nenhuma medida séria contra esses exércitos de assassinos que são as polícias militares e que há muito já deveriam estar dissolvidas.

Adeus Guga

Morreu no dia 9 de maio passado, em Lisboa, vítima de enfarte, aos 45 anos de idade, Fernando Torres, o Guga. Militante desde 1972, participou do movimento estudantil já perto da revolução portuguesa de 1974. Uniu-se à IV Internacional e participou da fundação do PRT (alinhado à corrente trotsquista animada por Nahuel Moreno e que deu origem à LIT anos mais tarde).

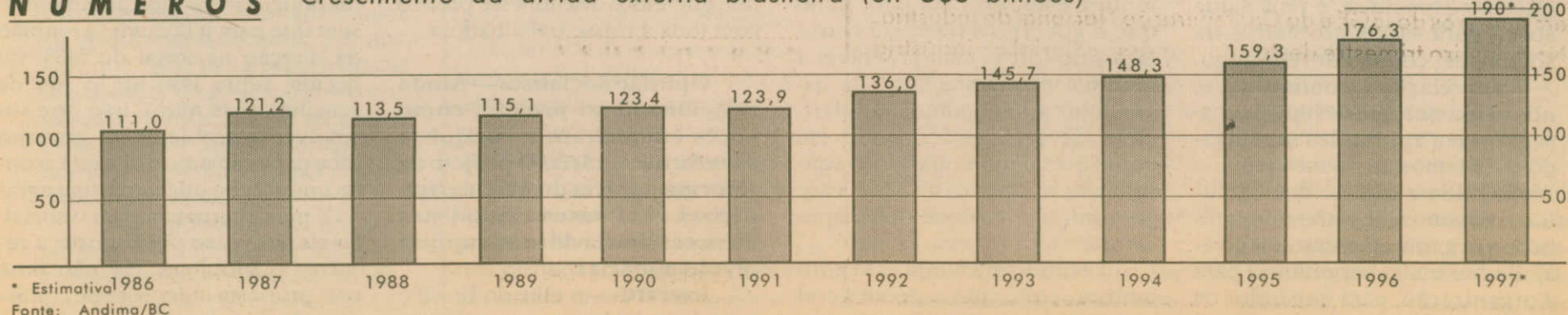
Durante seus 25 anos de militância, Guga lutou pela construção de uma organização marxista revolucionária em Portugal. Nos últimos anos colaborava na publicação do jornal da Frente de Esquerda Revolucionária (organização filiada à LIT).

É difícil dizer adeus, vivemos ao lado de Guga os anos vermelhos da revolução. Guardamos conosco a memória de sua inteligência ágil e vivaz, do seu irresistível bom humor, do seu entusiasmo rebelde. É o primeiro de nossa geração que perdemos. Em face da morte cruel e irreparável, apresentamos a todos os seus companheiros e amigos, em especial a sua companheira, Maria José e ao seu filho de 17 anos, o Chico, os cumprimentos em nome dos militantes do PSTU.

Valério Arcary
e Luís Leiria

NÚMEROS

Crescimento da dívida externa brasileira (em US\$ bilhões)



"Uma greve geral seria um novo dia 17"

Wladimir Souza

O Opinião Socialista entrevistou Edvar Lavratti, membro da Coordenação Estadual do MST de São Paulo, que nos falou sobre o balanço do dia 17, da conjuntura atual, do lugar da luta pela reforma agrária e da construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo.

Opinião Socialista — Qual é o balanço político que o MST faz da Marcha a Brasília e das manifestações do dia 17 de abril?

Lavratti — A Marcha despertou a solidariedade da maioria da sociedade contra o governo federal, serviu para mostrar as consequências do projeto neoliberal, não só em relação à terra, mas quanto a vários problemas, como o desemprego. Vimos isso pelas mais diversas regiões que a Marcha passou. Em todos os locais onde estivemos, contamos com uma grande receptividade e, quando chegamos a Brasília, fomos surpreendidos pela quantidade de pessoas dos mais diversos setores de trabalhadores que aderiram ao protesto.

Isso demonstrou que existe muita insatisfação com o governo e seu projeto e serviu para dar um ânimo para todos os setores sociais que lutam contra o governo. As manifestações posteriores, como o 1º de maio e contra a privatização da Vale foram incentivadas pelo gás, pelo pi-que que a Marcha deu.

Opinião Socialista — E como o MST vê a continuidade desse processo a partir do dia 17? O que vocês estão propondo?

Lavratti — Queria dizer primeiro, que já ocorreram grandes manifestações políticas no país, a ironia agora é que coube ao segmento camponês criar uma grande mobilização de massas. Mas não somos arrogantes, a luta pela reforma agrária não é uma questão específica, é uma saída social para vários problemas da sociedade, como o desemprego.

Em relação à continuidade, nós pensamos que devemos prosseguir com as grandes mobilizações. Já temos na nossa agenda o 25 de Julho e o Grito dos Excluídos. Estamos incentivando também a organização das categorias, damos muita importância para a organização, para que todos os setores se fortaleçam, se prepa-



Sem-Terra durante Marcha em Brasília. À esquerda, Edvar Lavratti



Wladimir Souza

rem para enfrentar o projeto neoliberal quando ele ruir. Temos que mobilizar os estudantes, os operários, os desempregados, os professores. Porque só com a mobilização será possível começar a construir um projeto para o Brasil, do Brasil que queremos, que não pode ser obra de iluminados.

Opinião Socialista — Você entrou numa questão mais estratégica, de projeto, antes de falarmos nisso, gostaríamos de saber o seguinte: há um debate na CUT em torno de realizar ou não uma greve geral. Você acha que essa ação está colocada, nessa conjuntura, como capaz de ser maior que o dia 17?

Lavratti — Acho que a conjuntura está boa para isso. Acho que o governo é fraco e a correlação de forças está favorável a grandes manifestações. Os escândalos aumentam, a popularidade de FHC está ficando em baixa e está aumentando o sentimento no povo de que esse governo não é o que dele esperavam.

Levando em conta essa conjuntura, creio que a greve geral seria um novo dia 17, teria im-

pacto e, se for puxada pela CUT e outras centrais, nós estaremos juntos, com certeza.

Opinião Socialista — Bom, em relação ao projeto alternativo, você disse que ele deve ser construído pelo movimento social, mas o que seria para o MST esse projeto?

Lavratti — Nós somos bastante práticos em relação a isso. Em resumo, seria um projeto que desse comida para o nosso povo, condições decentes de vida, emprego, dignidade; um projeto que moralizasse o Brasil, porque precisa mudar e acabar essa falta de ética, que é grande. Estão aí os seguidos escândalos nacionais, como agora o da reeleição.

Não temos clareza do que seria esse projeto, mas sabemos que precisamos levar esse debate para a sociedade.

A reforma agrária e as ocupações vão continuar, mas precisamos mudar o discurso, inserir essa questão no contexto de toda a luta de classes, é nesse contexto que queremos discutir esse projeto com toda a classe trabalhadora.

Opinião Socialista — Ainda relacionado ao projeto, como vocês enquadram a conquista da reforma agrária? O projeto de reforma agrária do MST é compatível com bases capitalistas ou necessitaria de uma ruptura revolucionária?

Lavratti — A elite do Brasil é uma das mais burras que existem;

num país sério, a reforma agrária seria a primeira medida para desenvolver o próprio capitalismo. Mas aqui, só de levantarmos o lema "Reforma Agrária uma luta de todos", as elites ficam incomodadas.

A reforma agrária no Brasil virá com outras medidas complementares, que não são possíveis nos marcos do capitalismo. Nós defendemos um projeto novo, que traga justiça social para o Brasil e bem-estar. Se isso é por via revolucionária ou não, não sei; se é socialismo ou não, não sei, o objetivo é a construção de um novo país. E isso, no estágio atual do capitalismo não vai sair, por mais importantes que sejam os assentamentos que conquistemos.

Opinião Socialista — Qual é a posição de vocês em relação à comissão que o governo está propondo para discutir a reforma agrária?

Lavratti — Toda vez que não se quer resolver um problema, se cria uma comissão. Não temos nada que discutir, podemos até indicar um representante para ir lá ouvir (a reunião da direção nacional do MST vai decidir sobre isso até o fim da semana), mas não é isso que vai resolver o problema. O governo sabe perfeitamente o que está acontecendo, sabe que a reforma agrária é uma alternativa para o social.

Se ele estivesse predisposto a resolver o problema ele não faria essa proposta indecente de comissão, ele faria a reforma agrária.

"Precisamos levar o debate sobre projeto para a sociedade"

"Defendemos um projeto novo que traga justiça social para o Brasil"

Articulação é questionada em Congresso no ABC

Emanoel Oliveira,
de São Bernardo do Campo

Nos dias 16, 17 e 18 de maio foi realizado em São Bernardo do Campo o 2º Congresso dos Metalúrgicos do ABC com 478 trabalhadores credenciados como delegados. Foram discutidos os seguintes temas: O Brasil que queremos, política industrial e reestruturação produtiva, estrutura e organização do Sindicato, e funcionamento e gestão administrativa do Sindicato. Pela primeira vez na categoria surgiu um setor fortemente crítico à diretoria do Sindicato (*a Articulação Sindical*) que conseguiu manter em todo o Congresso 30% dos votos. O Congresso teve uma metodologia diferente, pois foram seis meses de preparação prévia.

Já no primeiro dia do Congresso era possível ver que os debates seriam muito acalorados pois havia polêmica em todos os temas e pontos políticos, por exemplo, a participação dos metalúrgicos na Câmara Regional do ABC. O forte descontentamento com a diretoria era comandado por um setor da comissão de fábrica e da Cipa da Volks e diversos membros de comissões de fábrica e Cipas de Diadema. Estes setores defenderam abertamente que a atual diretoria estava praticando uma política de colaboração de classes ao participarem da Câmara

do ABC junto com os empresários. Outro exemplo citado pelo grupo de metalúrgicos críticos à diretoria, foi o movimento *Brasil Cai na Real*, quando o Sindicato dos Metalúrgicos realizou junto com a patronal do setor de autopeças um ato no paço municipal de São Bernardo.

Durante os debates nesse ponto, um membro da comissão de fábrica da Ford levantou-se e pediu uma questão de ordem para dizer que estava solidário com os companheiros da Volks e de várias outras comissões de fábrica que estavam críticos à política da diretoria do Sindicato.

Nesse debate sobre a participação do Sindicato na Câmara Regional do ABC os setores críticos obtiveram pela primeira vez no Congresso, 30% dos votos (aproximadamente 150 votos) dos delegados contra a posição da *Articulação Sindical*.

No segundo dia do Congresso, pela manhã, as polêmicas giraram em torno dos seguintes temas: câmaras setoriais, flexibilização da jornada e banco de horas, e participação nos

lucros e resultados. Novamente a diretoria do Sindicato foi duramente criticada e já com uma maior adesão de metalúrgicos de diversas comissões de fábricas.

Os acordos sobre participação nos lucros foram violentamente questionados pelos metalúrgicos da Kostal e de outras autopeças. Segundo eles, esses acordos estão sendo feitos condicionados a produtividade, assiduidade, cumprimento de metas. O resultado do debate é que foi aprovada uma emenda com o conteúdo de uma resolução da 8ª Plenária Nacio-

nal da CUT que recomenda aos sindicatos não fazerem acordos sobre participação nos lucros subordinados a metas impostas pela patronal.

Em todos esses debates a votação dos setores críticos à diretoria do Sindicato foi constante (30%). Isto tem um enorme significado. Um setor expressivo do tradicional ativismo metalúrgico do ABC contestou abertamente o colaboracionismo da *Articulação Sindical* apresentando como alternativa um programa claro, que buscou resgatar a independência de classe no berço da classe operária brasileira.



Plenária final do 2º Congresso dos Metalúrgicos do ABC

Redução de greves não foi aprovada

O debate em torno da estrutura e organização do sindicato também foi bastante polêmico. Pela 1ª proposta da diretoria do Sindicato, seriam formados os comitês sindicais de empresa e nessa proposta não ficava claro quais seriam as atribuições das comissões de fábrica.

No ativismo havia a desconfiança de que a médio-prazo as comissões de fábrica acabariam. Após muito debate nas reuniões preparatórias ao Congresso, a diretoria manteve os comitês por empresa mas recuou na questão das comissões. Foi aprovada uma emenda por unanimidade que garante às comissões de fábrica as mesmas atribuições do Sindi-

cato (por exemplo, encaminhar reivindicações e negociações com a patronal).

Em relação a proporcionalidade, foi feito um encaminhamento que leva esse debate para a categoria para que uma assembleia delibere sobre esse assunto.

Vale destacar que apesar da grande imprensa ter dado muito destaque para uma suposta resolução do Congresso que apoiava a proposta da diretoria do Sindicato de reduzir as greves na categoria, nada foi deliberado sobre esse assunto, embora alguns dos principais dirigentes do Sindicato e da CUT estejam defendendo abertamente essa posição nos meios de comunicação. (E.O.)

Insatisfação começou na Volkswagen

As assembleias preparatórias ao Congresso já refletiram um grande descontentamento com a diretoria do Sindicato. Na Volks, principal montadora da região, na primeira plenária para discutir os temas do Congresso, os setores críticos à *Articulação Sindical*, obtiveram 30% dos votos para as suas emendas. Na segunda plenária, quando se debateu a organização e estrutura do Sindicato, este setor rachou a assembleia obtendo metade dos votos para as suas emendas. E na última, quando se elegeram os delegados da Volks para o Congresso, os setores críticos tiveram 43% dos votos e dos delegados na base da proporcionalidade, o que é inédito na categoria.

Em muitas outras empresas, como nas autopeças de Diadema, aconteceu o mesmo fenômeno: muitas emendas contrárias à diretoria do Sindicato conseguindo até ganhar plenárias e elegendo muitos delegados com posições contrárias à *Articulação Sindical*. (E.O.)



Januario F. da Silva

Lama no Planalto, governo compra voto

Mariúcha Fontana,
da redação

O escândalo da compra de votos é o escândalo mais sério que atingiu o governo FHC. Não porque o Proer, o episódio do Sivam e tantos outros sejam fatos menos escandalosos, mas porque este é o primeiro que atinge diretamente FHC perante os olhos do povo. E num momento em que o desgaste do governo já vinha crescendo.

Desde o dia 17 de abril, com a manifestação de mais de 60 mil trabalhadores em Brasília em apoio aos sem-terra e contra FHC, o governo vem acumulando desgaste. A insatisfação contra o governo vem ganhando terreno com as medidas de FHC contra os sem-terra e a Reforma Agrária, com a mixaria de R\$ 8 de aumento para

o salário mínimo, com o episódio dos privilégios para os deputados como barganha para a votação da Reforma Administrativa, com o aumento do desemprego, com a privatização da Vale, com a violência da queima do índio Pataxó em Brasília e dos assassinatos da PM. Pesquisa do Ibope, realizada antes deste escândalo, indica queda de mais de 20 pontos percentuais na popularidade de FHC. Agora, à insatisfação social crescente somou-se a corrupção.

Fernando Henrique está com problemas também no terreno econômico. O Brasil deve mandar para fora entre US\$ 33 e 40 bilhões este ano, o que abala as reservas. Para seguir atraindo dó-

lares e segurar o valor do real, o governo precisa vender todas as estatais, demitir o funcionalismo, acabar com a aposentadoria e tomar medidas recessivas.

Muitas dessas medidas são impopulares e outras dividem, no varejo, a classe dominante. As privatizações, como a da Telebrás, por exemplo, que vale uma Vale por ano, acirram o apetite de diferentes setores da burguesia, que entram numa briga de foice no escuro para disputar a rapina do Estado. A *Folha de S.Paulo*, a rede Bandeirantes e outros, não estão descontentes com Sérgio Motta por acaso. Como também não é por acaso que a Globo procura poupar o ministro e FHC.

O mais importante, no entanto, é que há um novo humor e um novo ânimo nos trabalhadores e no povo, que abre a possibilidade de forjar grandes mobilizações e construir uma greve geral.

Nesse momento, o governo, no toma lá da cá, joga para não instalar a CPI da compra dos votos, aprovou a emenda da reeleição em 1º turno no Senado. Isso, é claro, não reverte seu desgaste. Neste momento, inclusive, aprofunda.

Mas o decisivo, é transformar em ação, em luta, toda essa insatisfação acumulada. Pois, o governo está com muitos problemas para o seu lado, mas, sem mobilização, ele pode se recompor. FHC tem margens de manobra, conta com o apoio do FMI e com as privatizações, no terreno econômico, e ainda pesam a estabilidade da moeda e o crediário, no terreno político.

**É decisivo transformar
em luta a insatisfação
do povo contra FHC**



Ricardo Stuckert

Deputados comemoram, em janeiro, a aprovação da reeleição. Quem ganhou 200 mil tem que sorrir

Confissões indecentes

Veio à luz o que todo mundo já sabia. A corrupção correu solta para a aprovação da emenda da reeleição.

Essas são as principais denúncias, reveladas pelas gravações feitas pelo "senhor X", publicadas no jornal *Folha de S.Paulo*.

1) O deputado Ronivon Santiago (PFL-AC) vendeu o seu voto a favor da emenda da reeleição por R\$ 200 mil e diz que não foi o único que se vendeu, conforme relata o deputado em conversa gravada:

"O Amazonino marcou dinheiro para dar (R\$) 200 (mil) para mim, 200 pro João Maia, 200 pro Zila e 200 pro Osmir". Os personagens citados são Amazonino Mendes, governador do Amazonas (PFL-AM), João Maia, Zila Bezerra e Osmir Lima, todos do PFL do Acre.

2) João Maia, um dos deputados citados por Ronivon, relata em outra conversa gravada como foi o esquema de pagamento e inclui na maracutaia Sérgio Motta (PSDB), ministro das Comunicações, principal articulador político e amigo íntimo de FHC. Revela também que Luis Eduardo Magalhães (PFL) e o deputado Pauderney Avelino (PPB-AM) intermediavam e marcavam as audiências dos deputados com Sérgio Motta.

"Aquele dinheiro era o dinheiro do Amazonino. Que o Amazonino mandou trazer, por ordem do...do...menino aqui, do Serjão".

"(...) eram os (R\$) 200 (mil) do Serjão, via Amazonino, que era a cota federal, aí do acordo..."

"Esse dinheiro do Amazonino era o dinheiro que já estava aí. Você entendeu? Que o Serjão já tinha acertado(...)"

3) Em outro momento da gravação, Ronivon Santiago conta como eles receberam o dinheiro. Segundo Ronivon, Oleir Cameli (governador do Acre), pagou os deputados em dinheiro, depois de receber um alerta do seu colega Amazonino:

"Você é tão infantil rapaz. Vai dar esse cheque para esse pessoal? Pega um dinheiro e leva."

4) Por fim, Ronivon descreve o ambiente corrupto que contagiou a Câmara nos dias que antecederam a votação da reeleição:

"Eu tô sabendo que aquele negócio ali foi muita gente. Todo mundo pegou na faixa de 200, 300...Todo mundo pegou...Todo mundo."

Alguém tem dúvida de que esse mar de lama rola todo dia e em praticamente todas as votações importantes do Congresso?

A gente não quer só CPI...

É correto exigir a instalação de uma CPI já, para investigar toda a compra de votos. Esta fragiliza o governo e pode trazer à tona a podridão que assola o Planalto. É correto também exigir a anulação da reeleição, fora Sérgio Motta e plebiscito. Mas é errado construir um movimento em torno só da exigência de CPI e nos limites da "ética na política", como está propondo o PT, por várias razões:

1) CPI nenhuma, nem mesmo a do Collor e PC, garante investigação até o fim e menos ainda punição. Collor está livre e vivendo como marajá em Miami e nenhum corruptor foi pego.

E não é possível "ética na política" sob o capitalismo. O problema da corrupção não se restringe a alguns representantes "sem-vergonhas" da burguesia, como os Amazoninos e Collors. O caso é que a burguesia fede. Ou não são corruptores o Bradesco (envolvido nos precatórios), o

Nacional e Econômico (beneficiados pelo Proer), as empreiteiras etc, etc e etc?

2) Os problemas mais sentidos pelo povo, que têm levado este à indignação contra o governo, não se restringem à corrupção, muito pelo contrário, são problemas sociais decorrentes do projeto neoliberal do governo: (falta de) emprego, salário, terra, educação, moradia...

3) Limitar toda política a pressionar o Congresso e, portanto, nas fronteiras dessa democracia corrupta, levará a não apostar na utilização dos métodos mais eficazes de luta, como a Greve Geral. Significará também ficar na fronteira da institucionalidade vigente, permitindo sempre que a burguesia e o governo se recomponham contra os trabalhadores e o povo. Quem não se lembra do apoio do PT e do PCdoB à posse de Itamar, para respeitar a Constituição, quando era possível seguir a mobilização e impor as eleições gerais?



Manifestação em Brasília no dia 17 de abril

...A gente quer emprego, terra, salário...

É preciso construir uma forte mobilização para derrotar FHC e seu projeto neoliberal. É necessário chamar o povo às ruas e construir a greve geral para arrancar as reivindicações dos trabalhadores. É correto unir todas as entidades e

partidos que estejam dispostos a chamar a mobilização contra o governo. Mas os trabalhadores, suas organizações e seus partidos devem apresentar uma pauta de reivindicações com as exigências mais sentidas do povo:

- ✓ Derrotar FHC, comprador de votos;
- ✓ CPI já! Anulação da reeleição. Fora Sérgio Motta
- ✓ Emprego para todos: redução da jornada, sem redução do salário
- ✓ Reforma Agrária, já!
- ✓ Aumento geral dos salários
- ✓ Defesa da aposentadoria
- ✓ Retirada imediata dos projetos de Reforma Administrativa e da Previdência do Congresso. Plebiscito para todas as Reformas.
- ✓ Defesa dos direitos sociais e trabalhistas. Não ao contrato temporário de trabalho.
- ✓ Chega de impunidade. Prisão dos PM's assassinos
- ✓ Anulação do leilão da Vale. Contra todas as privatizações.
- ✓ Ensino público, gratuito e de qualidade
- ✓ Verbas para educação e saúde públicas.

Vamos às ruas! Construir a Greve Geral

Para derrotar FHC é preciso convocar e construir a greve geral. E é preciso chamar o povo às ruas contra esse governo, já!

Dirigentes da CUT têm declarado que estariam favoráveis à realização de uma greve geral em 25 de julho.

Sem entrar no mérito em si da data, infelizmente desde a grande manifestação do dia 17 não foi apontado um outro dia unificado de luta e sequer existiu uma instância da CUT para discutir seriamente a greve geral e sua construção.

Do dia 17 para cá, no entanto, não só tem crescido o

descontentamento com o governo, como várias outras mobilizações ocorreram, como os atos contra o leilão da Vale, a manifestação dos trabalhadores de Minas Gerais contra FHC e a Alca, as manifestações dos estudantes em todo o país no último dia 21, a greve dos condutores de São Paulo e dos professores do Rio Grande do Sul. O funcionalismo em luta contra a Reforma Administrativa tem indicativo de dia nacional de luta o próximo 3 de junho.

É urgente um calendário unificado de luta que aponte para a Greve Geral. Agora, não é hora de vacilação. É preciso que a CUT, o MST, a UNE e os partidos de esquerda convoquem a Greve Geral e apontem um calendário para realizar grandes atos em todo o país para prepará-la.

É hora de discutir a Greve Geral em toda a base do movimento. É hora de mobilizar os trabalhadores, a juventude, os sem-terra, os sem-tetos e irmos todos às ruas já, para derrotar FHC e seu projeto neoliberal.



Wladimir Souza

Metalúrgicos realizam fórum internacional

Tatiana Lima,
de Belo Horizonte (MG)

O Encontro dos Sindicatos de Metalúrgicos das Américas, organizado pela Federação Latino Americana de Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Mineiros (Flatim), que aconteceu no dia 13 de maio, no Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais, realizou um grande debate que envolveu o processo de globalização, seus efeitos, o livre comércio, emprego e direitos sociais. Participaram do encontro os dirigentes metalúrgicos brasileiros da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, da Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, do Sindicato de Metalúrgicos do Estado e dirigentes sindicais dos Estados Unidos, Canadá e México. Entre os principais debates do Encontro, esteve o balanço entre a Alca (a integração comercial dos países do continente americano, que está sendo debatida pelos governos de 34 países) e o Mercosul. Na verdade, a maioria dos dirigentes sindicais acredita que as diferenças entre Mercosul e Alca são meramente formais, sendo seus resultados iguais para a classe trabalhadora, ou seja, em todo o mundo, acordos de livre comércio como Nafta, Maastrich e Mercosul têm provocado um aprofundamento



Alan Rodrigues

Protesto de trabalhadores contra FHC em Belo Horizonte

da miséria do povo trabalhador. Tendo como direção o centro do imperialismo, os Estados Unidos, como poderá a Alca ser diferente?, questionaram os metalúrgicos da Federação de Minas Gerais. Para eles, a Alca multiplicará as péssimas consequências do Mercosul para a população. O fato é que todas as lideranças sindicais presentes ao Encontro relataram que o principal problema em seus países é o desempre-

go, somado ao achatamento salarial e à perda de direitos sociais. O Encontro indicou a necessidade de avançar na construção de um plano de lutas internacional, com a indicação de um Encontro de Trabalhadores de todos os países, para enfrentar os efeitos da globalização e a política neoliberal. Nenhum dos participantes falou a favor da Alca, mas faltou, no encontro, uma resolução categórica nitidamente contrária à Área de Livre Comércio das Américas, patrocinada pelos Estados Unidos.

Manifestação repudiou FHC

No último dia 15 de maio, diante da visita de FHC a Belo Horizonte para a reunião da Alca, os movimentos sindical, popular e estudantil, realizaram uma grande manifestação em repúdio ao desemprego, à política de privatizações, reajuste zero nos salários, reforma administrativa e ao projeto de reeleição do presidente tucano. Milhares de pessoas reuniram-se para protestar e vaiar FHC e houve repressão policial.

Nesta mesma data, os trabalhadores da educação da rede municipal de Belo Horizonte e da rede estadual realizaram assembleias para organizar a campanha salarial das categorias.

Professores querem greve geral

Os trabalhadores da Educação de Minas Gerais participaram da manifestação contra FHC e aprovaram em suas assembleias a participação em uma greve geral no país para barrar a política de FHC. No entanto, as duas categorias propõem que a greve geral seja realizada num período letivo para que trabalhadores e estudantes possam fortalecê-la, como fizeram no dia 17 de abril em Brasília. Neste sentido, defenderam que o dia 25 de julho fosse incorporado como um dia de luta para a construção de uma melhor data em agosto.

Alca será por etapas

A reunião oficial dos dirigentes de 34 países do continente americano para discutir a criação da Área de Livre Comércio das Américas, realizada em Belo Horizonte, terminou sem que os Estados Unidos conseguissem impor na íntegra sua política de abertura comercial acelerada, já a partir de 1998. Apesar do acordo global sobre a necessidade da abertura econômica (sob o patrocínio e comando dos Estados Unidos), prevaleceu uma posição intermediária, que prevê a abertura comercial por etapas até 2005, com negociações sobre quais os produtos e ritmos que irão tendo suas barreiras removidas.

Este resultado foi fruto da posição dos países do Mercosul, liderados pelo governo brasileiro, que temem uma abertura selvagem, onde setores inteiros da indústria e da agricultura não teriam condições de competir com os norte-americanos. Além disso, o governo dos Estados Unidos continuou mostrando pouca disposição em reduzir as barreiras protecionistas que praticamente impedem que vários produtos brasileiros consigam entrar no mercado norte-americano.

"Faltou repúdio a Alca"

Entrevista com Oraldo Paiva, diretor da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas e militante do PSTU, sobre o Encontro dos Sindicatos dos Metalúrgicos das Américas.

Opinião Socialista — Como foi o debate em torno da Alca no Encontro dos Metalúrgicos das Américas?

Oraldo — Houve duas posições. Uma positiva, que foi proposta pelos companheiros metalúrgicos do PSTU, de unificar as lutas do povo americano, rumo a um Encontro Internacional que defina um plano de lutas em defesa do emprego, do salário e dos direitos sociais. Mas, infelizmente, não houve um repúdio de conjunto do encontro em rela-



Arquivo

Oraldo Paiva

ção à Alca, o que seria fundamental para delimitar a posição dos trabalhadores contra o imperialismo.

Opinião Socialista — Que tipo de ações devem

realizar os trabalhadores americanos contra os efeitos da Alca?

Oraldo — Organizar a luta, que deve ser impulsionada pelas organizações dos trabalhadores do continente americano. Infelizmente, os companheiros da Articulação Sindical acreditam que podemos melhorar a Alca, participando das comissões de trabalho.

O PSTU acredita que temos a obrigação de deixar claro para todos os trabalhadores que não há boas intenções num acordo proposto por patrões e governo. Quando se trata da Alca, então, fica evidente, já que é uma iniciativa encabeçada pelos Estados Unidos.

32 anos de ditadura chegam ao fim no Zaire

Jan Vermeulen,
de Bruxelas, Bélgica

No fechamento desta edição, a ditadura no Zaire, encabeçada por Mobutu Sese Seko, que durou 32 anos, não mais existia. As tropas da Aliança de Forças Democráticas para Libertação do Congo-Zaire (AFDL), lideradas por Laurent Kabila, já haviam tomado a capital do país, Kinshasa. O palácio de governo do ex-ditador e a sua principal base militar foram tomados. Choques com soldados leais ao ex-ditador terminaram com 200 mortos em um único dia.

Kabila prometia rebatizar o país como República Democrática do Congo. Mas não estava ainda claro como seria formado o novo governo e se os guerrilheiros que chegaram ao poder iriam ceder às exigências das potências imperialistas, que queriam uma "transição pacífica e democrática" no Zaire. Ou seja, querem continuar controlando política e economicamente o país através do novo governo.

Nesta página, publicamos os principais trechos de um artigo de um colaborador do Opinião Socialista na Bélgica, que chegou em nossa redação em 15 de maio (um dia antes da renúncia do ditador Mobutu e dois da tomada de Kinshasa), que fala dos antecedentes da queda de Mobutu e da política das potências capitalistas:

Já faz algumas semanas que as grandes potências deixaram de considerar Mobutu como guardião de seus interesses. Mas, depois da debandada do exército zairense e dos mercenários sérvios, os belgas entenderam que estavam sem saída. Em 16 de março, o ministro do Exterior Erik Deryoke declarou publicamente que "a época de Mobutu está superada".

Os Estados Unidos, que em 1965 ajudaram Mobutu a dar o seu golpe de Estado contra os partidários de Patrice Lumumba, esperaram até a queda da cidade de Lubumbashi (em 9 de abril) para se decidirem a declarar, por sua vez, que "Mobutu é uma criatura do passado" (segundo o porta-voz da Casa Branca, em 10 de abril). Uma semana depois, a Câmara dos Representantes exigiu o afastamento de Mobutu.

Então, podemos nos perguntar por quê milhares de soldados norte-americanos, franceses, ingleses e belgas permanecem em Brazzaville. Aliás, não apenas sol-

dados. Clinton mandou um representante especial para a região, Bill Richardson. O enviado especial da ONU e da OUA (Organização da Unidade Africana), Mohamed Sahnun e o chefe de Estado da África do Sul, Nelson Mandela, estão se empenhando a serviço da política norte-americana. Qual a razão disso?

A razão é que o imperialismo tem medo de que uma revolução seja vitoriosa! Essa é a questão. O imperialismo quer absolutamente um "acordo", a fim de que a transmissão do poder de Mobutu para Kabila seja feita "regularmente". Depois de muitos adiamentos, Nelson Mandela conseguiu marcar uma reunião entre Kabila e Mobutu, num navio da marinha sul-africana. Clinton bem que gostaria que fosse alguma coisa ao estilo das reuniões entre Arafat e os dirigentes israelenses, apertando as mãos para a foto da imprensa, como o "herói" da "reconciliação", o próprio Clinton, abençoando a união. Mas Kabila deixou Mobutu esperando sozinho, o mesmo Mobutu que, há trinta anos, assassinou cruelmente o companheiro de Kabila, Joseph Mulele, depois de cortar suas orelhas e o nariz, arrancar os olhos, cortar os braços e pernas do prisioneiro, ainda vivo.

Mesmo tendo que se conformar com o fato de que Mobutu não controla mais o país, o imperialismo quer evitar que Kabila, depois de mais de trinta anos de luta contra esse regime ditatorial e contando com o apoio massivo da população, derrube o ditador pela vitória da luta armada. Lee Hamilton, ex-presidente da Comissão de Assuntos Estrangeiros dos Estados



Enterro simbólico do ditador Mobutu. No destaque, Kabila

Unidos, dizia: "Não fico muito tranquilo com Laurent Kabila. Tem muita coisa preocupante no passado dele" (Le Soir, 11/4/97). E é isso mesmo. Kabila tem, em seu passado, trinta anos de luta revolucionária contra o ditador. Isso é que é preocupante.



Fora da África as tropas imperialistas!

Chester Crocker, que foi ministro-adjunto para assuntos africanos dos Estados Unidos de 1951 a 1989, explica um pouco essa "preocupação" numa entrevista publicada pelo jornal Le Soir (7/5/97). Esse ex-ministro queixa-se de que seu país "não está agindo como uma superpotência". Diz ele: "Nós mandamos um emissário de alto nível, Bill Richardson, e pedimos publicamente algumas coisas, sem resultado. Se Laurent Kabila ficar nos ignorando assim, impunemente, eles vão se acostumar". Crocker tem certeza de que os Estados Unidos podem conseguir o apoio de "muita gente fora do Zaire:

todos os que estão querendo entrar nos clubes em que nós controlamos a entrada". Mandela seria um deles? De qualquer modo, para não haver dúvidas sobre a "legitimidade" da intervenção norte-americana, Crocker acrescenta: "Não se deve esquecer que são os Estados Unidos que conferem legitimidade às soluções, no plano internacional. Nós temos condições de dizer, sobretudo para certos países amigos, o que nós queremos que aconteça e, se for o caso, de indicar qual o preço a pagar se não for assim".

Mas talvez mister Crocker tenha esquecido que nem sem-

pre os Estados Unidos fazem exatamente o que querem. Talvez ele nem chegue a compreender que se trata de uma luta como no Vietnã ou na Somália, em que uma grande potência pode sofrer uma derrota. O imperialismo pode contar com os "países amigos", com gente como Mandela. Mas no Zaire, estão diante de um povo armado com as armas tiradas do exército de Mobutu, um povo dirigido por gente que tem trinta anos de luta contra a ditadura e que faz renascer Lumumba e Mulele e as grandes lutas pela libertação do Zaire, antes e sobretudo depois da "independência".

Que filme é esse, companheiro?

Wilson H. da Silva,
da redação

Desde que foi lançado, no início de maio, o filme *O que é isso companheiro?*, de Bruno Barreto, baseado no livro homônimo do deputado federal Fernando Gabeira, tem sido alvo de uma gigantesca polêmica que envolve cineastas, ex-guerrilheiros, intelectuais, os mais diversos setores da esquerda brasileira e, obviamente, os espectadores de cinema.

No centro dessa polêmica, a princípio, estão duas questões que praticamente se confundem: a forma como a ditadura e o movimento guerrilheiro são retratados na obra de Bruno Barreto e a forma como uma obra ficcional deve se relacionar com a realidade. Ou seja, qual o grau de "liberdade poética" que um diretor ou autor podem ter ao contar uma história real.

A "história real" contada em *O que é isso, companheiro?* é bastante conhecida. Ele trata de uma das mais ousadas operações da guerrilha urbana, que atuou no Brasil nos primeiros anos da ditadura: o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em plena semana da pátria, em setembro de 1969, por um grupo de militantes da *Dissidência Comunista* (que mais tarde assumiria o nome de *Movimento Revolucionário 8 de outubro*, MR-8) e da *Ação Libertadora Nacional* (ALN).

Já no que diz respeito à "ficção", a primeira questão importante é que o filme, baseado



Vantoon Pereira Jr.

Cena do filme de Bruno Barreto

em um livro onde Gabeira contou sua versão sobre esses fatos, apresenta uma "outra versão", um tanto "romanceada" da história: ele altera o papel dos personagens reais, junta vários militantes em uma única personagem, muda alguns fatos secundários etc. Mas, até aí, tudo bem.

Tudo bem, por exemplo, que Barreto tenha atribuído a Gabeira, e não ao jornalista Franklin Martins, o manifesto que foi lido em cadeia nacional, no horário nobre da TV, com as reivindicações dos sequestradores.

No entanto, a polêmica não tem ocorrido em torno daquilo

que o filme "diz a mais" ou "inventa". Muito pelo contrário. Ficção é ficção e os autores ou diretores têm todo o direito de contar suas histórias da forma que acharem mais conveniente. O grande problema com *O que é isso, companheiro?*, na verdade, se encontra naquilo que ele "não diz" ou "insinua".

Um dos militantes da guerrilha na época e que participou do sequestro, Paulo de Tarso Venceslau (ex-militante da ALN), em entrevista à *Folha de S. Paulo*, no dia 1º/5/97, afirmou que o grande problema é que Bruno Barreto, motivado ou por "preguiça intelectual ou por uma opção ideológica de preservar a ditadura", realizou um filme "leviano", onde os "os guerrilheiros são caricatos, Gabeira aparece como o único a ter uma visão crítica do processo e o torturador é apresentado como figura humana, cheia de conflitos".

Essa mesma crítica, que também foi feita por Vera Sílvia Magalhães, a única mulher a participar do sequestro — que no filme surge "dividida" em duas, Maria (Fernanda Torres) e René (Cláudia Abreu) — se baseia na forma como os personagens dos "sequestradores" e os demais são apresentados.

O grupo de jovens militantes é geralmente mostrado como uma bando de gente instável,

marcada por problemas pessoais que são apenas insinuados (como na cena em que Cláudia Abreu liga chorando para seu pai) e ingênuas ou até mesmo idiotas.

Jovens que, sem grandes questionamentos, são capazes de seguir cegamente as ordens de dirigentes mais velhos (os personagens Toledo e Jo-

nas) que, por sua vez, são apresentados como maníacos sectários e desumanos.

Já o torturador, representado na figura de Henrique (Marco Ricca) sofre crises de consciência e até de culpa. E o embaixador é a simpatia e a compreensão em pessoa. Uma de suas primeiras cenas é numa gafieira — mostrando o quanto ele é amado pelo "povo" — e suas melosas cartas para a mulher são lidas com a nítida intenção de emocionar a platéia com o seu drama.



Gabeira em 1968

Memória foi distorcida

Depois de ver o filme, não há como discordar de opiniões como a do historiador Daniel Aarão Reis (que também participou do sequestro), quando afirmou em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1º/5/97, que *O que é isso, companheiro?* representa uma lamentável "tendência conciliadora de recuperação da memória (...) onde a crítica é feita, mas dentro de certos limites".

Uma tendência inaceitável, porque iguala a ação heroica (mesmo que politicamente equivocada) de toda uma

geração de jovens que deram suas vidas na luta contra a ditadura, com a ação dos canallas que os torturaram, estupraram e mataram.

E mais. Ao insinuar que os militantes de esquerda que adotaram a luta armada, os militares e todo o seu esquema de "guerra suja" eram apenas duas faces de uma mesma moeda, *O que é isso, companheiro?*, não só presta um deserviço principalmente em relação aos jovens de hoje, como também não faz jus à memória daqueles que tombaram na luta contra a ditadura militar.



Momento final do filme, quando presos políticos são libertados

Visão do cineasta absolve a ditadura

Wilson H. da Silva,
da redação

Um dos mais indignados depoimentos contra o filme partiu de Suzana Lisboa, representante dos familiares de militantes mortos durante a ditadura, na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça. Dizendo que sentiu "nojo" ao ver o filme, Suzana afirmou em uma entrevista ao jornal *O Globo*, de 7/5/97, que irá processar Bruno Barreto.

Suzana e demais familiares ficaram particularmente irritados com a forma como o dirigente da *Ação Libertadora Nacional* (ALN), Virgílio Gomes da Silva (que usava o codinome Jonas), foi retratado. Para Suzana, Bruno Barreto tem que ser responsabilizado não só por tentar destruir o trabalho que eles têm feito para recuperar a verdadeira história dos mortos e desaparecidos, como também por retratá-los, diante de seus filhos, de uma forma "preconceituosa e

equivocada" que, em última instância "absolve a ditadura".

No filme, Jonas (um dos poucos personagens que recebeu seu verdadeiro codinome) é retratado como um homem frio e sectário que, mais de uma vez, ameaça seus companheiros de morte caso eles comentem qualquer deslize.

Na vida real, Virgílio Gomes da Silva foi um operário têxtil, de origem camponesa, que já havia militado no Partido Comunista, feito treinamento de guerrilha em Cuba e, tragicamente, se transformou no primeiro brasileiro a "desaparecer", em 1970, depois de ter sido capturado, pouco após o final do sequestro, sendo que seu corpo não foi encontrado até hoje.

Comentando como, no filme, Jonas é realmente representado de forma parcial e negativa, o jornalista Elio Gaspari fez uma observação importante sobre a obra de Barreto. Segundo ele: "Há algo de estranho no papel que coube a Virgílio Gomes da Silva na memorialística do período. Como livro de memórias é coisa de intelectual, o operário acabou se tornando um estorvo.

Virou um personagem ora secundário, ora embruteado. Uma espécie de tipo excessivamente popular para caber num cenário habitado (e narrado) por gente fina" (*Folha de S. Paulo*, 4/5/97).

Condizente com o tom "conciliatório" de seu filme, Barreto transformou Jonas e Toledo (o outro dirigente da ALN) em uma espécie de símbolos do radicalismo e fanatismo absoluto, que também não têm lugar na sociedade. Toledo, por exemplo, em uma cena que tem o claro objetivo de ser "engraçada", ouve a música Internacional como se estivesse em êxtase diante de uma ópera.

Numa demonstração de que, na visão de Barreto, para eles não haveria nenhum futuro, no final do filme (verdadeiramente emocionante) quando Maria se aproxima numa cadeira de rodas para se juntar aos demais militantes, que foram libertados através de uma troca feita com o embaixador alemão — sequestrado em junho 1970 — a morte dos dois dirigentes da ALN é apenas citada vagamente.

Como "não tomar lugar nenhum"?

Nos diversos debates que foram promovidos em torno do filme, Bruno Barreto tem insistido que está sendo acusado injustamente de "absolver a ditadura". Contudo, em uma entrevista ao jornal *O Globo*, de 6/5/97, defendendo que "a sociedade brasileira não é uma sociedade de fricção, mas de composição", o diretor afirmou que ele e o roteirista do filme Leopoldo Serran fizeram um "enorme esforço (...) para não tomar lado nenhum".

Diante dessa declaração, e independentemente das intenções de Barreto, só podemos afirmar que seu filme é um completo e perigoso equívoco. É inadmissível que se defenda que não se queira tomar "lado nenhum" numa "guerra suja" que foi movida por um Estado, suas instituições militares e uma asquerosa rede clandestina de repressão contra jovens e trabalhadores que lutavam contra um regime que sufocou todo o tipo de manifestação, expressão e organização por quase duas décadas.

Sociedade de "composição"

Mas não é só isso. Ao mesmo tempo em que defende uma sociedade "sem fricção", uma sociedade de "composição", Barreto pelo menos insinua que entre os que promoveram a repressão e apoiaram a ditadura existiam conflitos e diferenças.

Pelo menos é dessa forma que podemos interpretar uma das últimas cenas do filme que mostra um carro de polícia interceptando outro que conduzia torturadores que queriam acabar com os guerrilheiros, mesmo que isso custasse a vida do embaixador. A mensagem é clara: entre os ditadores, assim como entre os militantes de esquerda, havia dois setores, um mais radical, que deveria ser contido e outro mais brando.

Ficção e realidade

O filme de Barreto, de certa forma, parece defender que a sociedade atual deveria ser uma síntese destes dois setores "menos radicalizados". Algo como uma Nova República. Ou algo como a aliança entre um presidente civilizado e toda a corja que serviu a ditadura e à repressão. E isso, como sabemos, não é ficção. É realidade, é história. Uma história que ainda teremos que mudar.

PSTU está na Internet

Acaba de entrar no ar, em caráter ainda experimental, a *homepage* do **PSTU** na Internet. O endereço é:

<http://www.geocities.com/CapitolHill/3375>

(Atenção! Todos os caracteres devem ser digitados em minúsculo, menos o "C" de Capitol e o "H" de Hill).

Com isso, entramos em um novo e poderoso meio de comunicação, que deverá ter cerca de 1 milhão de usuários no país até o final do ano. Ainda que a maioria dos trabalhadores não tenha possibilidade de acesso particular a esse serviço devido ao seu preço, há muitos sindicatos e universidades que o possuem, bem como empresas onde os funcionários podem utilizá-lo.

Veja o que você pode encontrar no *site* do **PSTU**:

- página de atualidade política (por exemplo, entrou imediatamente no ar a declaração do **PSTU** do dia 21 de maio, sobre a crise política nacional envolvendo a compra de votos para a emenda da reeleição);

- a última edição do jornal **Opinião Socialista** e textos dos números anteriores;

- seções dedicadas aos vários setores sociais onde o **PSTU** atua (juventude, mulheres, negros, gays e lésbicas);

- informações sobre o movimento sindical, já que abrimos espaço para o **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)** colocar suas posições, em especial neste momento de preparação do Congresso Nacional da CUT;

- atividades de formação política desenvolvidas pelo Instituto de Estudos Socialistas (IES);

- o Correio Internacional e outros materiais da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), organização com a qual o **PSTU** é politicamente solidário (textos publicados em vários idiomas);

- por fim, garantimos um espaço para as discussões teóricas realizadas pela vanguarda marxista revolucionária.

A atualização da *homepage* é constante e, além destas seções, estamos planejando colocar paulatinamente no ar algumas páginas especiais, por exemplo uma em comemoração aos 80 da revolução russa (1917) e outra para os 60 anos da IV Internacional (1938).

Eraldo Platz



Ajude a construir nossa homepage

Queremos aproveitar ao máximo a principal característica da Internet: a possibilidade de troca de mensagens de forma rápida e eficiente, a um custo baixo (o chamado correio eletrônico). Assim, o *site* já tem vários endereços, de acordo com as seções e assuntos, para agilizar a comunicação com os vários setores do partido e os leitores de qualquer lugar do país e do mundo.

Mas queremos lançar um apelo: estamos entrando num meio desconhecido, temos pouca experiência nele e necessitamos muito de sua opinião, sua crítica e sua contribuição para o *site*. Isso inclui não apenas sugestões de temas e páginas, mas também ajuda na parte estética, com fotos e ícones que possam tornar a página mais agradável.

Nome completo

Endereço

Cidade

Estado

CEP

Telefone

24 EXEMPLARES

- ☐ 1 parcela de R\$ 25,00
- ☐ 2 parcelas de R\$ 12,50
- ☐ 3 parcelas de R\$ 8,40
- ☐ Solidária R\$ _____

48 EXEMPLARES

- ☐ 1 parcela de R\$ 50,00
- ☐ 2 parcelas de R\$ 25,00
- ☐ 3 parcelas de R\$ 16,70
- ☐ Solidária R\$ _____

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da sua assinatura total ou parcelada para a Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Saúde - São Paulo - CEP 04126-000

PSTU jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92

